

Prédio suja cartão postal de Brasília

Jorge Cardoso



O edifício da Multi Construtora e Incorporadora está sendo construído no Setor de Autarquias Sul, ao lado da Catedral: mácula no Conjunto Urbanístico da cidade

Procurador da República questiona na Justiça construção de um edifício de escritórios na Esplanada dos Ministérios

Ronaldo Brasiliense
Da equipe do **Correio**

Significativa mudança na paisagem da Esplanada dos Ministérios, com a Catedral ao lado e o Congresso Nacional ao fundo — um dos principais cartões postais da capital da República, — está em curso. Ou melhor, estava.

A construção de um prédio de escritórios ao lado da Catedral de Brasília está sendo questionada judicialmente por ação civil pública proposta pelo procurador da República Antonio Carlos Alpino Bigonha, acatada pelo juiz Noveli Vilanova, da 7ª Vara Federal do Distrito Federal.

Na ação, Antonio Bigonha requer à Justiça que seja imposta ao Governo do Distrito Federal (GDF) a obrigação de não expedir alvará ou licença de ocupação para particulares no edifício que está sendo erguido no lote 10, Quadra 5, do Setor de Autarquias Sul (SAS) de Brasília e que seja declarada nula toda e qualquer alienação feita a particulares pela Multi Construtora e Incorporadora Ltda., de unidades ou frações do edifício a ser construído no local.

O procurador Antonio Bigonha alega na ação que a construção de prédio de escritórios e sua venda a particulares contraria o tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília. “Desconsiderando o regime jurídico de preservação, o DF autorizou a ocupação do Setor de Autarquias Sul por entidade alienígena ao Estado, expedindo alvará para construção de edifício destinado à ocupação por particulares” argumenta Bigonha.

“A desatenção do DF para a norma de preservação fere o interesse federal, tutelado pelo autor — o Ministério Público Federal é um serviço da União — razão do ajuizamento da presente ação, para manutenção do regime de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília”, insiste..

Ele acusa o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de negligência. “A liberalidade com que o Iphan analisa essa questão se ausenta do seu dever legal e demonstra o grau de abandono do Plano Piloto de Brasília, apesar de todos os atos formais e materiais praticados pelas autoridades competentes para que fosse incluído dentre os bens de valor histórico em nosso país”, afirma Bigonha.

O diretor do Iphan Glauco Campello, apesar de réu na ação do Ministério Público, concorda que, do ponto de vista do tombamento de Brasília

como cidade Patrimônio da Humanidade, a área em questão é destinada às autarquias. Mas faz uma ressalva: “A cidade também deve ser acessível à iniciativa privada”, diz Campello, lembrando, porém, que cabe ao GDF a tarefa de expedir autorização para a construção depois de examinar detalhadamente as especificações do projeto.

INACEITÁVEL

Em ofício encaminhado ao Ministério Público, no dia 24 de setembro do ano passado, referente à utilização do lote em questão no SAS, o Iphan alega que não há obrigatoriedade de sua autorização para a execução da obra, citando em sua defesa o decreto nº 10.829 — que aprovou o documento ‘Brasília Revisitada’, de Lúcio Costa. “O entendimento do Instituto do Patrimônio é inaceitável”, afirma o autor da ação. “Desnecessário repetir que o conteúdo desse ofício agride a norma de preservação publicada pelo próprio instituto.”

Segundo Bigonha, o setor onde a Multi Construtora pretende erguer um prédio de escritórios não se presta aos serviços de comércio, indústria e profissões liberais.

Em sua ação, Bigonha cita o artigo 7º da portaria 314, de 8 de outubro de 1992, que trata do tombamento de Brasília, e define que a Plataforma Rodoviária será preservada em sua integridade estrutural e arquitetônica original, incluindo-se nessa proteção “suas praças atualmente implantadas defronte aos Setores de Diversões Sul e Norte.”

DEFESA

O administrador de Brasília, Antonio Carlos Andrade, reage: “Todos os trâmites que qualquer empreendedor tem que seguir para licenciar uma obra no Distrito Federal foram obedecidos”. O projeto apresentado — diz ele — “está absolutamente dentro das regras, com o terreno livre e desembaraçado e o gabarito na área permite edificação”, completa.

Andrade diz que nesta segunda-feira o procurador Luiz Lucas da Conceição apresentará à Justiça a defesa do GDF na ação movida pelo Ministério Público, com todos os esclarecimentos necessários. “Só acho estranho que a nova ação atinja outro projeto do arquiteto Paulo Zimbres, o mesmo que fez o projeto da nova rodoviária do Plano Piloto”, conclui.

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

UM PROCURADOR QUE INCOMODA MUTA GENTE

No segundo governo de Joaquim Roriz, ele era constantemente acusado de ser ‘petista roxo’ tal o volume de ações contra o descumprimento do tombamento de Brasília. Agora, no governo Cristovam Buarque, as acusações persistem,

só que ao contrário: é taxado de ‘rorizista’. Ele se chama Antonio Carlos Alpino Bigonha, tem 33 anos, é casado, está prestes a ganhar o terceiro filho, natural de Ubá, Minas Gerais, e é procurador da República há oito anos.

Somente nos últimos meses, Antonio Bigonha questionou judicialmente as alterações na Rodoviária do Plano Piloto — uma das principais obras do governo democrático e popular do PT nesse último ano de mandato — e agora se

volta contra a construção de um prédio de escritórios ao lado da Catedral, no Setor de Autarquias Sul.

No governo Roriz, Bigonha moveu ação civil pública para tentar embargar dois prédios na L2 Sul que desrespeitavam as regras do tombamento da capital pela Unesco. No atual governo, já investiu contra a ampliação dos espaços destinados a restaurantes nas comerciais locais.

“Parece que as autoridades esqueceram que Brasília foi tombada co-

mo Patrimônio da Humanidade”, lembra Bigonha, responsável por todas as ações denunciando à Justiça os parlamentares anões que se loquejavam com verbas do Orçamento da União e autor do pedido de seqüestro dos bens do ex-presidente Fernando Collor.

Vigilante, Antonio Bigonha alerta que estará atento a quaisquer alterações no Plano Piloto de Brasília pois defende intransigentemente que o tombamento da capital seja respeitado. (RB)